



AGPTEA

ANO XXVIII - Nº 57
Porto Alegre - RS
Edição Bimestral
novembro/dezembro 98
Gestão 96/99
IMPRESSO

ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE PROFESSORES TÉCNICOS DE ENSINO AGRÍCOLA

Fundada em 02/07/69 - Av. Desembargador André da Rocha, 181/203 - CEP 90050-161 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Suepro, para mostrar serviço, atropela GT

Suepro, para mostrar serviço, atropela GT". A afirmação é do professor Luiz Calvete Corrêa, presidente da Confederação Brasileira de Professores de Ensino Agrícola - CBPEA e jurídica, dizendo que a Superintendência da

Educação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul - SUEPRO/RS, através da Portaria 001 criou um Grupo de Trabalho - GT, para propor um "Novo Modelo de Escola Agrotécnica", composto por representantes, de determinadas categorias, escolhidos, "a dedo", pela Direção da própria SUEPRO.

Segundo ele, participam do GT apenas dois Diretores de Escolas Agrotécnicas, uma professora de ensino agrícola, dois instrutores/monitores de cursos do SENAR (consultores autônomos), uma representante da FECOAGRO, além de dois técnicos da SUEPRO e do próprio presidente da CBPEA. Continuando, observou que diante da atual situação política que está vivendo o Estado, onde um Governo de Transição "toma pé" da situação técnica/administrativa, vem a SUEPRO através de seus representantes escolhidos, querer, "a toque de caixa", concluir um trabalho, de grande importância e responsabilidade que sequer ultrapassou a primeira fase de estudos e tomada de posição, pressionando "meia dúzia" dos participantes do GT, para a elaboração do documento.

Contra este posicionamento, rebelou-se o professor Calvete que representa, no GT, a CBPEA. Neste particular, o presidente da CBPEA, na primeira reunião do GT, já manifestara à Direção da SUEPRO e ao Grupo, sua contrariedade com referência a representatividade da entidade que preside, por ser a mesma de âmbito Nacional, bem como, contra a representação da União Gaúcha de Professores Técnicos - UGPT, por não ser entidade ligada ao Ensino Agrícola. Cabe, aqui, registrar que a própria UGPT, assim reconhecendo, indicou o professor Calvete para representá-la.

Manifestou, ainda, o presidente da CBPEA a sua preocupação e questionou os técnicos da SUEPRO, participantes do GT, a não indicação para o mesmo, de representante da Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola - AGPTEA - que tanto serviços, nesses trinta anos de atividades, vem prestando ao ensino agrícola no Estado.

Espera-se que o Governo de Transição interfira, suspendendo as atividades do Grupo de Trabalho para que o mesmo seja reorganizado pelo Conselho de Planejamento da SUEPRO, órgão de orientação das atividades da Superintendência, constituído pelos diferentes setores públicos e da sociedade civil do Estado. Merece destaque o fato de que, até a presente data, ainda não foi instalado este Conselho.

Preocupa, ainda o presidente da CBPEA, o chamamento feito pela SUEPRO através da publicação na imprensa da Capital, em 29/10/98, para contratação de empresa de consultoria para prestação de serviços de desenvolvimento técnico e elaboração de estudos, visando o programa de educação profissional - PEP, do RS. Acredita o presidente da CBPEA que a SUEPRO ainda não tomou conhecimento da existência do governo de transição que deveria ser consultado, principalmente, sobre os critérios para seleção da empresa de consultoria ou consultor a ser contratado.

Concluindo, o professor Calvete manifestou sua expectativa com o rumo que o ensino agrícola tomará a partir da instalação do novo governo. Para ele, a SUEPRO deverá voltar-se para o ensino profissional a partir da política estadual para a educação profissional a ser definida pelo governo eleito, onde sem dúvida o ensino agrícola despontará como uma alternativa de alto significado para a educação profissional.

Participantes do VI ENEA exigem mais verbas para a educação agrária



O VI Encontro Nacional de Professores, promovido pela CBPEA e realizado pela Universidade Federal da Paraíba, em setembro, foi o maior encontro, nesta área de ensino reunindo no nordeste brasileiro, centenas de educadores agrotécnicos, como também estudantes e integrantes do MST num grande debate - PÁGINA 07 -



Os professores reunidos na Universidade Federal da Paraíba denunciaram o descaso do governo em não proporcionar infra-estrutura para a educação básica no meio rural. Os participantes reivindicam ao MEC mais espaço para debates, uma vez que o governo vem decretando as modificações no ensino técnico, sem discutir com os educadores. Eles também propõem uma política agrícola integrada com o ensino agrário - PÁGINA 07 -

OPINIÃO

HUMOR



Andanças nos encontros de ensino agrícola

Prof. Antônio Hélvio Ilha

Este ano que se aproxima do fim, ficou marcado pelos vários encontros de ensino agrícola que ocorreram. O primeiro foi o III Encontro Sulbrasileiro de Ensino Agrícola (III ESBEA) que aconteceu na cidade de Nova Petrópolis, RS, ocasião em que nós participamos de oficinas, discussões e troca de experiências que engrandeceram nossos conhecimentos.

O segundo encontro foi o III Seminário de Ensino Agrário (III SENAG) que foi realizado na Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro, momento em que foi formulada uma carta de intenções para melhorias do ensino agrícola nacional e o último encontro foi o VI Encontro Nacional de Ensino Agrícola (VI ENEA) acontecido na cidade de Bananeiras no Estado de Paraíba.



Antônio Hélvio Ilha (D) e o professor Gilberto Collares participaram do VI ENEA na Paraíba

Posso afirmar com toda certeza que estes eventos propiciam uma aproximação de todos os professores envolvidos neste tipo de ensino e uma coesão de nossa luta. Vimos quanto é rico este País nas suas manifestações folclóricas e regionais e que potencial esta Nação possui em suas riquezas naturais. Por outro lado, ao sobrevoar as regiões brasileiras, observamos que as matas atlânticas do extremo nordeste sofreram os impactos dos principais eventos econômicos da região, que começou a ser ocupada já no século XVI através da monocultura canieira. Com a expansão da agroindústria açucareira, o crescimento de grandes núcleos urbanos e a progressiva industrialização da Zona da Mata nordestina, essas florestas foram gradativamente reduzidas a um percentual muito baixo de sua floresta original, que ocupava cerca de 79.400 km quadrados, correspondendo a 34% do território dos atuais estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Do encontro da

Paraíba viajei para Manaus onde fui convidado para proferir uma palestra sobre políticas públicas num encontro de educação especial na cidade de Mancapuru, a 80 Km da Capital Amazônica num avião pinga-pinga, aterrissando em todas as capitais nordestinas. Observei que poucas matas remanescentes estão fragmentadas em "ilhas" perdidas no

meio de um vasto canal, o que torna sua conservação ainda mais difícil, já que pesquisas recentes realizadas na Amazônia brasileira parecem de mostrar que áreas restritas de floresta tropical descharacterizam-se com facilidade, perdendo a capacidade de auto-sustentação e tornam-se vulneráveis a vários fatores adversos. O fato mais alarmante,

entretanto, é que a exploração indiscriminada dos derradeiros fragmentos florestais do Nordeste continua a se processar de modo acelerado, seja pela expansão final da lavoura de cana-de-açúcar, seja pela extração de madeira e carvão, ou ainda por apenas culturas voltadas para o mercado local. Sem uma reversão imediata dessa tendência, parece inevitável que os últimos vestígios de matas atlânticas nordestinas desapareçam completamente nos próximos anos.

Por último, fiquei impressionado com o desmatamento e o fogo na floresta da Amazônia. Os moradores da cidade de Manaus não possuem o menor respeito com o rio, pois jogam tudo neste manancial de água, provocando uma poluição imensurável. Se as autoridades competentes não tiverem atenção com os graves problemas que a população vem causando ao ambiente, nós teremos graves consequências.

Assim, eu finalizo este texto com a seguinte frase: "O deserto emocional do homem é o que produz o deserto da natureza".

Educação não é prioridade do governo federal FHC corta verbas da educação MEC suspende pagamento de bolsas a professores

A educação continua não sendo prioridade no governo federal. O descaso com a educação é tão venenoso que o Ministério da Educação (MEC) suspendeu no mês de outubro o pagamento das bolsas de complementação salarial dos 7,5 mil professores federais de 1º e 2º graus, das bolsas de mestrado e doutorado dos 6,5 mil professores universitários, dos professores das escolas agrárias e de 18 mil estudantes. Pior que isso, o MEC suspendeu também o pagamento de fornecedores e prestadores de serviço, o que ameaça principalmente o funcionamento dos hospitais universitários.

Corte nos gastos federal afeta o MEC em 98

O descompromisso do ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, deixou perplexos os Reitores de universidades federais que passaram os últimos dias do mês de outubro, em Brasília, tentando reverter o quadro caótico que o governo criou provocado pelos cortes orçamentários, sem prévio aviso as instituições de ensino do País.

Na tentativa de reparar o problema o ministro Paulo Renato de Souza deu explicações nada convincentes informando que os pagamentos foram suspensos por que o Ministério da Fazenda fechou o Sistema Integrado de Administração Financeira para contabilizar o que o governo tinha de dinheiro e de contas a pagar.

Os docentes federais esperam que o governo regularize os atrasos por que as universidades já fizeram este mês empenhos acima do limite 80% de seus orçamentos, e estão proibidas de fazer novos pagamentos, embora o dinheiro já esteja no MEC. Caso o Tesouro não venha considerar as bolsas como parte do orçamento da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que ainda não atingiu seu limite de empenhos, as universidades terão de fazer uma manobra técnica: cancelar alguns empenhos já realizados para baixar o limite de 80% e ser autorizadas a pagar as bolsas, demonstrando que o governo não é comprometido com o ensino.

AGPTEA

Associação Gaúcha de Professores
Técnicos de Ensino Agrícola

Fundada em 02/07/69 - Registrada sob o Nº 5418 - CGC 90027848/0001-05
Utilidade Pública D.O. 20/05/85 Proc. 584-12.00/85 - STAS 11102
Av. André da Rocha, 181/203 - CEP 90050-161 - POA - RS - Brasil
Fone: (051) 225-5748

DIRETORIA EXECUTIVA

- Presidente**
Nedi Almeida Jacondino
- Vice-Presidente Educacional**
Anselmo Kuhn
- Vice-Presidente Financeiro**
Nelmo Malta Gutierrez
- Secretário Geral**
Antônio João Barbosa
- Primeiro Secretário**
Aldir Antônio Vicente
- Tesoureiro Geral**
Hilário Luiz Klein
- Primeiro Tesoureiro**
João Paulo Scaramussa

CONSELHO FISCAL

- Jader dos Santos Souza
- Rudi Von Saltiel
- Heitor Tomé da Rosa
- Suplentes**
Bento Cláudio Pereira
Jane Vieira da Cunha
Wilson Antônio Arruda

CONSELHO CONSULTIVO

- Luiz Calvete Correa
- Inácio Gomes Moreira
- Antônio Hélvio de S. Ilha

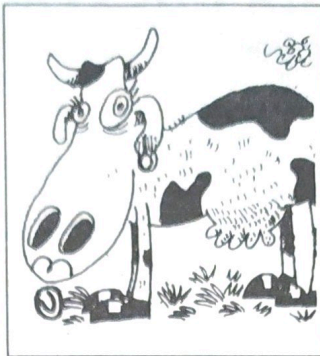
Editoração, diagramação e o projeto gráfico deste informativo é de Vilson Arruda Fº

BASTIDORES

Vilson Arruda F^o

PROVE produtos de Brasília

O governo do Distrito Federal criou o Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola - PROVE - criando incentivos com o objetivo de inserir o pequeno produtor rural no processo produtivo de Brasília, com incentivos à produção e ao processamento de produtos *in natura* de origem animal e vegetal, de modo que agregou maior valor à produção, e em consequência também aumentou a renda



familiar e gerou mais empregos, principalmente para essa classe excluída da sociedade cangaço, da região central do Brasil.

Escutei, atentamente, pessoas que participam do programa e confesso que fiquei entusiasmado. O programa é desenvolvido por meio da Unidade Familiar de Processamento Agroindustrial - UFPA. Os principais produtos do PROVE são: pães, bolos, cucas, pickles, iogurtes, polpa de frutas, compotas de frutas, doces de leite, frango caipira, ovo de granja e doce cristalizado.

Para ingressar no programa, a Emater-DF, seleciona o produtor, elabora o projeto de viabilidade técnico-econômica, providencia a tramitação da documentação junto a órgãos envolvidos e presta assistência técnica no empreendimento. O Banco de Brasília S.A. financia o projeto e a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal constrói o kit agroindústria, vende os insumos que permitem transformar a

materia-prima no produto final, no Balcão da Agroindústria e faz o controle de qualidade do produto final no seu laboratório. A comercialização dos produtos de uma maneira geral ocorre na CEASA ou nas feiras regionais. O que impressiona é a qualidade dos produtos e as condições higiênico-sanitárias da produção, que são constantemente fiscalizados pelo Instituto de Saúde do DF. Entre as exigências para o funcionamento da agroindústria estão as normas de licenciamento ambiental.

Para fins de ingresso no programa o governo considera pequeno produtor rural aquele que explora parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; não detenha área superior a quatro módulos fiscais de terras agricultáveis e que tenha 80%, no mínimo, da renda bruta anual proveniente da produção rural.

No resultado final, quem está ganhando é o consumidor que tem acesso a produtos sem agrotóxicos. Também o produtor, porque agrega valor à sua produção, ao comercializar, pois não passando por terceiros, obtém melhor remuneração e a sociedade porque com a ocupação de mão-de-obra familiar rural, cria empregos, reduzindo assim, o exódo rural.

O Rio Grande do Sul, bem que poderia fazer esta importante clonagem, numa visão de fomentar o empreendimento familiar.

Calvete reeleito

O professor Luiz Calvete Correia (RS), foi reeleito, por aclamação, para dirigir a Confederação Brasileira de Professores do Ensino Agrícola - CBPEA -, por um período de dois anos. A eleição ocorreu no VIENEA, realizado na Paraíba, do dia 4 de setembro. Na vice-presidência ficou o carioca Eraldo Monteiro de Barros. Tesoureiro, o gaúcho Nedi Jacondino. Na secretaria executiva assumiu o professor pernambucano, José Pereira. O professor paraibano, Marcos Barros de Medeiros, assumiu o cargo executivo de relações públicas.



Secretária de educação

O magistério estadual aguarda com expectativa o nome da nova secretária de educação do Estado. Vários nomes engrossam a lista dos candidatos com credenciais a ocupar a difícil tarefa do novo governo. Entre eles, são citados os nomes da deputada federal Ester Grossi (que já foi secretária municipal no governo petista, em Porto Alegre), Maria Augusta Feldman, Maria do Rosário, Lúcia Camini e não é descartado o nome do professor Paulo Egon.

SUEPRO

Para dirigir a SUEPRO surgem os nomes da professora/deputada, Maria Augusta Feldman, do professor Sebastião Pinheiro (UFRGS) como também do professor Antônio Ilha (ex-presidente da Agptea).

Universidade Rural

O Rio Grande do Sul está prestes a ganhar uma Universidade no próximo ano. A Universidade Brasileira de Agricultura (Uni brasa) já está acertando a compra de 50 hectares no município de Glorinha, próximo à BR 290. A Universidade será mantida pelo Instituto Educacional Sagrado Espirito Santo, entidade norte-americana.

Derrota do Britto

O governador Antônio Britto, insensivelmente, menosprezou por quatro anos, os professores. Nos seus discursos políticos, dava a entender que os votos dos trabalhadores em educação não iriam lhe fazer falta, apostando que a sua reeleição estava garantida, com as Mega-indústrias. Pois se deu mal. O magistério saiu em caravana pelo interior do Estado e deu o troco.

Em recuperação

Por incrível que pareça, faltou para o governador se reeleger, cerca de 90 mil votos, quase que exatamente o número de professores que trabalham nas escolas estaduais. Assim, o candidato, ficou em recuperação terapêutica.

Novo governador

Os professores, do segmento agrícola, esperam que o novo governador, Olívio Dutra, não tome decisões nesta área, antes de consultar a classe.

O que esperamos do novo governo

Os tempos prometem ser outros no Rio Grande do Sul. Os trabalhadores em educação, e principalmente, os do ensino agrotécnico ou agrícola do ensino fundamental, esperam que o novo governador, Olívio Dutra, a partir de 1^o de janeiro, construa um processo de diálogo com os gaúchos formalizado pelo compromisso do fio de bigode. O povo dos pampas quer uma vida digna em todas as dimensões, iniciando por um projeto honesto de sociedade que resgate com segurança o futuro de nossa juventude. A sociedade quer que o governo assuma o combate à discriminação por uma reforma agrária, moradia digna, emprego, saúde, justiça e educação plena e sem exclusão.

A AGPTEA, vem lutando há mais de trinta anos por um ensino agrícola que nascesse da ação comprometida com os anseios dos educadores e capaz de mudanças sem uma política elitista. A voz dos professores de ensino agrícola, a cada governo que entra, fica estrangulada por políticas implementadas sem a possibilidade de manifestação de idéias do profissional, que fica sempre a margem do processo, e o pior, atrelados a administrar minguados recursos financeiros, que em via de regra, estão sempre atrasados. Sem comentar os baixos salários do corpo docente das escolas. Defendemos uma proposta educacional que considere as ca-

racterísticas específicas do meio rural e esteja voltada aos interesses daqueles que vivem no campo. Queremos uma proposta tirada depois de uma ampla discussão com todos os professores e com os setores da sociedade que dependem da economia agrícola, ou ainda daqueles, que de certa forma foram excluídos do setor primário ao longo do período, por uma indefinida política agrícola. Lutamos por uma política fundiária integrada com uma política educacional transparente e pela construção do perfil de profissional que se quer formar, nas nossas instituições de ensino agrotécnico, através de um Fórum de professores, bem ao contrário, do que vem fazendo a tecnocracia neoliberal dos que dirigem, no atual governo gaúcho, a Superintendência do Ensino Profissionalizante - SUEPRO - que se quer, vergonhosamente, não convidaram a AGPTEA para integrar o grupo de trabalho que estuda a implantação das novas políticas do ensino técnico, o que certamente temos a esperança de que o novo governo não irá legitimar.

Assinam uma nota os professores:

Luiz Calvete Corrêa (Presidente da CBPEA)

Nedi Jacondino (Presidente da Agptea)

Antônio Ilha (Conselheiro da Agptea)

Vilson Arruda (Conselheiro da Agptea)

Hilário Klein (Tesoureiro da Agptea)

Professor: profissão de desafios

Com salário precário, professor acumula dificuldades



Presidente da Agptea: Nedi Jacondino

Uma profissão com status constantemente ameaçado diante de uma remuneração insuficiente e que exige persistência, quase teimosia, no enfrentamento de dificuldades cotidianas para administrar vários empregos, acumular tarefas e responsabilidades pela formação de novos cidadãos coloca-se agora diante de mais um impasse: como será o futuro após as novas determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)? A exigência de formação superior para lecionar em todos os níveis, num prazo máximo de dez anos após a aprovação da lei, traça um destino confuso para o professor oriundo de escolas normais ou de cursos secundários de magistério. Correr atrás do prejuízo até 2006 será o objetivo de 20% dos mais de 151 mil professores do Ensino Fundamental e Médio do

Rio Grande do Sul.

Sacramental um projeto neoliberal de educação, que visa oficialmente o atual sistema econômico, sem valorizar o professor ou via bilizar a capacitação exigida, são o que representam as novas normas na opinião do professor e diretor do Cpers/Sindicato, Ênio Mânica, Segundo ele, a no va lei é contraditória se com para da a outras políticas implementadas pelo governo, como, por exemplo, a liberação da inscrição em concursos para magistério sem a cobrança da carteira de Ministério da Educação (MEC). "A exigência de mai

or qualificação para elevar a qualidade de ensino bate de frente com a falta de investimentos do governo no setor e com a baixa remuneração do professor. Como um profissional que tem vários em

pregos poderá encontrar tempo para investir em aperfeiçoamento que não vai reverter em aumento de salário?" questiona.

O presidente da Associação dos Professores Técnicos do Ensino Agrícola, Nedi Jacondino, salienta que há necessidade do governo promover cursos universitários para formar professores para o ensino técnico agrícola em diferentes regiões do Estado. "O governo tem que criar programas de aperfeiçoamento dos profissionais, e cursos com carga horária reduzida, para os que já estão em sala de aula sem a formação pedagógica", observa.

AGRO-EDUCAÇÃO

RS ficou em desvantagem no setor agropecuário, em relação aos concorrentes

Mercosul: o caminho da integração, mas com cautela

Vilson Arruda F^o



Setor leiteiro, do RS, perde na competição econômica para a Argentina, na integração comercial

Para que os professores do ensino agrícola e seus alunos entendam o Mercosul, fundamental conhecimento para o exercício da profissão no nosso estado, temos que voltar no tempo para detalhar como iniciou esta integração econômica entre os países Latino-Americano.

Por volta de 1960, foi criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC, que propunha um mercado comum entre os 11 países signatários do tratado de criação. Depois, em 1980, a sociedade passou a denominação de Associação Latino-Americana de Integração - ALADI, que ainda existe e na qual se insere o Mercosul.

A história registra que a década de 1980 foi marcada pelas discussões em torno da dívida externa dos países (Conferência de Cartagena, 1984) e em torno de problemas políticos e militares que perturbavam a estabilidade da América Central. Mesmo diante das turbulências, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai assinaram acordos importantes, entre os quais um deles estabelecia que em dez anos os países deveriam estar integrados. A concretização do Mercosul aconteceu, oficialmente, a partir de 1^o de janeiro de 1995, não sem antes ter sido objeto do Tratado de Assunção (1991), que delineou o seu esboço, e do protocolo de Ouro Preto (1994), que o institucionalizou.

O Mercosul foi registrado na ALADI e está aberto a todos os países-membros da Associação que queiram integrá-lo, embora os quatro países signatários do acordo original - Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai - gozem de vantagens especiais. O Chile e a Bolívia assinaram acordos para integrá-lo.

A ALALC, com seus 11 países, pouco andou. O Mercosul, com quatro, avançou mais. Os fatores históricos explicam a diferente velocidade do processo, mas não se pode negar que é mais fácil o entendimento entre um número pequeno de países. Em paralelo, outros países também buscaram uma organização própria, como o Pacto Andino, formando um outro grupo do qual participam Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

Os dois grupos firmaram acordo, em abril do ano passado, em Buenos Aires, capital Argentina, que deverá evoluir para a criação da Associação de Livre Comércio Sul-Americana - a ALCSA.

O grande questionamento, nos leva a perguntar por que os países sul-americanos estão acelerando os seus processos de integração?

A abertura do comércio internacional, pressionada pelos países que exercem maior poder dentro da Organização Mundial do Comércio (OMC), criou uma situação de novidade na economia. As economias mais atrasadas ficaram expostas e indefesas diante das economias mais fortes, e para sobreviver nesse novo paradigma a saída foi melhorar o seu parque produtivo e garantir melhores fluxos comerciais com os vizinhos. Com isto, surgem os mercados regionais, como o Mercosul, que cria condições especiais de comércio entre os seus membros.

Certamente com a evolução nas negociações depois da ALCSA virá a ALCA - Associação de Livre Comércio das Américas, em que pontificarão duas economias poderosas, representadas pelos Estados Unidos e pelo Canadá. E enquanto os "do norte" pressionam para que o processo ande mais rápido possível, os países "do sul" tentam ganhar tempo, fortalecendo os blocos regionais. A evidência foi constatado na assembléia da Cúpula das Américas, em abril, no Chile, quando o chanceler brasileiro numa posição cautelosa disse que a nossa economia, apesar de ser uma das maiores do mundo, é ainda muito frágil para enfrentar, de peito aberto, uma economia forte. Por isso devemos ter muita cautela!

Desde a sua criação o Mercado Comum do Sul teve o seu comércio aumentado entre os quatro integrantes. Em termos percentuais as exportações brasileiras para o Mercosul passaram de 7,3%, em 1991, para 17,1%, em 1997. As argentinas de 16,5 para 36,2%, no mesmo período. O incremento das exportações dos quatro países para além das fronteiras do

Mercosul não foi tão grande. No setor agropecuário, em que as economias são concorrentes, o Rio Grande do Sul não levou vantagem, mas ganhou no setor de máquinas e motores.

O processo de integração ainda não se concretizou por completo. Existem imposto sobre alguns produtos oriundos dos países-membros e não há uma tarifa única para o comércio fora do bloco. Certamente os avanços nas negociações irão alcançar uma união aduaneira, em que todos os países passem a adotar um só regime tarifário.

A ambição dos países do Mercosul não se limita à integração do comércio de produtos. Também será realizado procedimentos para integrar os serviços, aumentando a complexidade do processo, constituindo, assim, um verdadeiro mercado comum. Em termos profissionais para o Ensino Agrícola, valendo o mesmo para outras profissões, de nível superior ou não, será preciso criar normas que

A Ambição dos países do Mercosul

regulamentem o exercício profissional nos países do Mercado Comum desde a formação, com equivalência de currículos, até os aspectos éticos que devem presidir a conduta profissional.

Os professores do ensino agrícola entendem que há uma necessidade de se criar uma Comissão de Entidades Integradora do processo com a finalidade de orientar a discussão dos assuntos da área, seja no aspecto do ensino, seja no do exercício profissional, assessorando os órgãos de governo de cada país no tocante à harmonização da legislação. Esta Comissão que estabelecerá a ligação dos profissionais da área com a estrutura do Mercosul.

Como sabemos na área do ensino Técnico Agrícola os países têm diferenças que poderiam ser discutidas no âmbito da Comissão e com as Confederações dos países-membros. No Brasil seria a Confederação Brasileira de professores do Ensino Agrícola - CBPEA -, para estabelecer um perfil profissional para que o professor possa circular no mercado de serviços, exercendo o seu trabalho com o conhecimento necessário e baseado em parâmetros éticos, mesmo que no início seja no campo teórico, e posteriormente a implantação real venha se constituir na prática.

Os profissionais do ensino agropecuário, do Brasil, em particular não têm o que temer em relação à futura integração dos serviços na área do Mercosul. A preocupação deve ser a qualificação profissional para competir no mercado de trabalho, tanto na formação do técnico como na qualificação do corpo docente das escolas técnicas do país.

Formação técnica, postura ética, noções de qualidade, domínio na utilização do computador e língua estrangeira, entre outros requisitos, devem fazer parte da bagagem do profissional, pois no futuro, quando a integração à outros mercados comuns, de países mais adiantados, trouxerem a concorrência de profissionais com técnicas mais avançadas, nós estaremos preparados para competir no mercado de trabalho, que certamente será muito exigente.

Temos que ter muita cautela!

Quem tem medo do Mercosul?

Governo reduz vagas

O secretário municipal da Educação de Porto Alegre, José Clóvis de Azevedo, acusa, o governo do Estado de ter reduzido 38.753 vagas no ensino fundamental nos últimos cinco anos no Rio Grande do Sul. Segundo o secretário, a prefeitura abriu 10.033 vagas de 1993 a 1998, em Porto Alegre, enquanto o Governo promoveu a redução de 13.493 vagas na Capital. Azevedo afirmou que a constante diminuição das matrículas nas escolas estaduais vem enfraquecendo a oferta do ensino fundamental na rede física pública mantida pelo Estado. Outra acusação refere-se à retenção de mais de R\$ 151 milhões acumulados do salário-educação. Porto Alegre deixou de receber mais de R\$ 4,4 milhões, e a Região Metropolitana, mais de R\$ 27 milhões, afirmou. Fonte: Jornal Correio do Povo - 16/10/98

PENSE BEM

Por que os governos cortam as verbas destinadas a educação e reduzem as vagas?

Educação sofre no RS

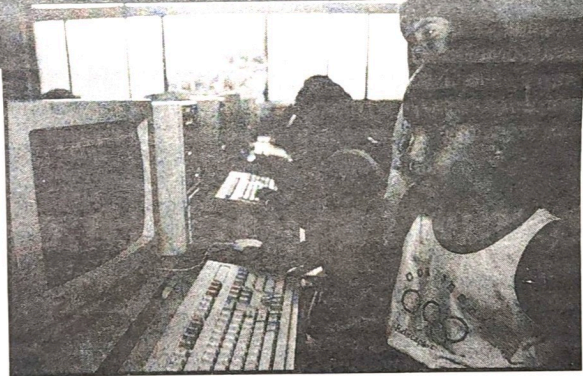
O secretário da Educação do município de Gravataí (RS), Valter da Silva, está preocupado com a situação da merenda escolar de 99 para as escolas estaduais e municipais, pois o Estado não repassou R\$ 540 mil referentes à 2^a parcela para compra de alimentos. Segundo o secretário, a SEC prometeu remeter a verba da União até agosto.

O governo do Estado, não prioriza a educação, e com isso sempre dá as mesmas explicações sobre os atrasos. O pior é que a verba chega nos cofres da Fazenda Estadual, remetida pela União, mas pelo descaso ou incompetência não é enviado as prefeituras que ficam com as mãos amarradas e impedidas de efetuar as compras para alimentar as crianças. Aliás, o governo no Rio Grande do Sul, agindo assim demonstra não tem preocupação com a fome dos outros.

EDUCAÇÃO

A desigualdade nas 200 mil escolas no Brasil é obstáculo na melhoria do ensino

Jorge Cardoso - 1.5.96



Carlos Eduardo - 18.11.94

O crescimento demográfico brasileiro caiu drasticamente a partir dos anos 70. Apesar disso, o Brasil ainda é um país de jovens, com graves problemas educacionais, mesmo tendo reduzido o analfabetismo e elevado os níveis de escolaridade. Em 1996, de uma população de 157,1 milhões, cerca de 49,5 milhões tinham menos de 15 anos de idade e 30,9 milhões, com mais de 4 anos de idade (19,7% do total), não tinham nenhuma instrução ou esta era inferior a 1 ano de estudo. Quase 84 milhões (53,4%) tinham no máximo 4 anos de estudos completos e 117,2 milhões não haviam ultrapassado o oitavo ano.

O percentual de brasileiros em idade escolar que efetivamente frequentam as salas de aula aumentou e os índices de repetência e de abandono diminuíram nos últimos

anos, mas ficaram muito aquém das propostas pedagógicas populares avançadas. Em 1996, cerca de 95% das crianças entre 7 e 14 anos estavam na escola. No mesmo ano havia um milhão de jovens de 15 a 19 anos analfabetos e o número dos matriculados no ensino médio chegara a 5,7 milhões (contra 3,8 milhões, em 1991).

Mesmo em queda, a evasão (abandono) escolar continua elevada. Comparando-se que em 1996 havia 33,1 milhões de brasileiros matriculados no Ensino Fundamental, sendo 6,4 milhões na 1ª série. No decorrer dos anos, o número de alunos que abandonam a escola vai aumentando, pois somente 5,2 milhões chegam na 2ª série; 4,5 milhões na 3ª série e assim sucessivamente somente chegam até a 8ª série 2,3 milhões de matriculados.

Isso explica por que apenas 36 milhões de pessoas, ou seja, 22,9% do total e pouco mais de um terço dos brasileiros comple-

tam o ciclo escolar de oito anos.

A situação educacional tem causado preocupação na Unesco, pois com as empresas brasileiras necessitando de pessoal cada vez mais qualificado e uma taxa de desemprego superior a 7%, as ofertas de trabalho que surgem tendem a aumentar a exigência de nível escolar. A questão crítica neste momento, é a discussão da qualidade do ensino: como dar a todos uma instrução que proporcione oportunidades de vida digna, independente das resultantes do meio em que nasceram? Os educadores que certamente querem proporcionar um nível de melhoria de qualidade do ensino estão procurando

Pouquíssimas escolas brasileiras, entre o total de 200 mil, tem computadores, mas caso sofram pane ficam obsoletos, pois faltam verbas para manutenção dos equipamentos.

curso, palestras e outras atividades pedagógicas que realmente venham a somar para diminuir os graus de repetência e evasão, com a finalidade de reduzir o universo de crianças, adolescentes e adultos marginalizados, no decorrer da atividade estudantil.

Um outro dado importante é que a Internet e os computadores não tem substituído os livros como se imaginava. As pesquisas recentes mostram que o Brasil, no início de 98, era o 13º país com mais usuários (860 mil) ligados na Internet. Durante o 3º

Congresso Mundial de Jornal na Educação, realizado em São Paulo, em 97, outra sondagem apresentou os seguintes resultados que surpreende, pois cerca de 60% dos jovens responderam voluntariamente um questionário pela Internet, onde disseram que liam jornais pelo menos uma vez por semana, e que o jornal é um meio de comunicação muito importante que sempre traz novidades, embora achassem excessivas a cobertura política. Outro fato preocupante é 56% dos jovens expressaram desinteresse pela política.

Os números da educação no Brasil

161,8

milhões é a população total. Estimativa para final de 1998

103,3

milhões era a população com mais de 15 anos em 1995.

15,6%

dos brasileiros com mais de 15 anos eram analfabetos em 1995.

6,8%

dos brasileiros não tinham, em 1996, nenhuma instrução ou tinham inferior a um ano de estudo.

30,9

milhões de brasileiros não tinham, em 1996, nenhuma instrução ou tinham inferior a um ano de estudo.

31,2

milhões de alunos estavam matriculados no Ensino Fundamental em 1994: (88,4%) em escolas públicas, (82,5%) em áreas urbanas.

194.487

era o número total de estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio em 1994.

Destes 70% eram localizados em zonas rurais, apesar de estas responderem por apenas 17,5% das matrículas no Ensino Fundamental.

33,1

milhões de estudantes no Ensino Fundamental em 1996.

6,4

milhões de estudantes matriculados na 1ª série do Ensino Fundamental em 1996.

2,3

milhões de matriculados na 8ª série do ensino fundamental em 1996.

5,7

milhões de brasileiros estavam matriculados no ensino médio em 1996

EDUCAÇÃO

III Seminário nacional de ensino agrícola foi no Rio de Janeiro

Professores e alunos universitários de diferentes regiões do Brasil reuniram-se no III Seminário Nacional de Ensino Agrícola, entre os dias 19 e 22 de agosto, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Seropédica, para discutir os desafios e as novas propostas educacionais editadas pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) que irá afetar o ensino técnico agrícola. Especialistas esclareceram e debateram com os participantes sobre diferentes temas que foram centralizados sobre a política agrícola, a LDB, a pedagogia da inclusão, as verbas, a modularização, a cidadania, a reforma agrária e a situação do ensino técnico em diferentes visões.

Após, o encerramento dos trabalhos uma comissão elaborou uma síntese crítica, apontando as perspectivas para o ensino agrícola brasileiro.

Ficou evidenciado que é imprescindível que se parta da análise da conjuntura política do ensino agrícola, percebendo sua relação direta com a nova legislação (LDB), gerando situação de confusão e arbitrariedade, na medida que a Lei tem "brechas" que permitem entendimentos e práticas dúbias, desânimo e acomodação.

Torna-se fundamental o acompanhamento nesse contexto no sentido de se buscar a superação, considerando que a mobilização das partes envolvidas é de suma importância. Bem como é mister que tal mobilização busque aproximação com outras organizações da sociedade civil já existente (sindicatos, associações, e outros).

É primordial perceber que a desestruturação do ensino técnico agropecuário está posta pela atual conjuntura e vem embasada por atitudes institucionais, cujo cerne revela objetivos implícitos. Somente através de denúncia e discussão pública e aberta é que se poderá, através da organização da categoria, reverter tal situação.

Os participantes do III SENAG, assumem como fruto das amplas discussões realizadas no encontro, um posicionamento contrário à modularização imposta pela política educacional do atual governo brasileiro, devendo assim buscar sua inversão.

Destacou-se que a situação conjuntural do Brasil, é extremamente favorável ao desenvolvimento de uma política no sentido de valorização da formação profissional agrícola, por isso é fundamental buscar do comprometimento de todos os profissionais ligados a essa formação. Ainda nesse entendimento, tal organização deve defender a luta por uma equiparação mínima, a nível de infraestrutura, entre todas as rede públicas, seja federal, estadual ou municipal; denunciando também um descomprometimento institucional do Ministério da Educação com o ensino agrícola em si.

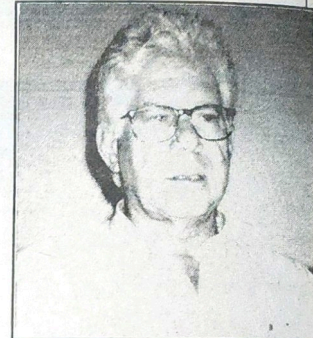
Como ações políticas, é preciso uma efetiva caracterização da política agrária que envolva: 1) discussão na base, com profissionais das áreas educacional, econômica, agrícola e outras; 2) uma ampla e aberta discussão da reforma agrária; 3) discussão sobre o plano de carreira e de política salarial; 4) criação de um crédito educativo para o ensino médio profissional.

Por fim, é urgente enfatizar a necessidade de abertura de mais cursos públicos/privados, onde se respeite o profissional capacitado e habilitado para o ensino agrícola, como o "Licenciado em Ciências Agrícolas", formado por inúmeras universidades brasileiras. É preciso pois, que os profissionais de ensino se organizem enquanto categoria.

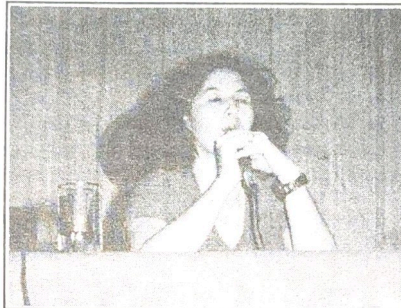
Assim, alunos de graduação das Ciências Agrícolas, alunos do Ensino Técnico Agropecuário, professores de Universidades, Escolas e Colégios Federais, Estaduais e Municipais e Profissionais que militam no Setor Agrário Brasileiro, vêm mostrar neste documento, a síntese dos trabalhos, análises e estudos do III Seminário, esperando assim, contribuir para o repensar do Ensino Agrícola no Brasil.



Professores e alunos de diferentes regiões do país discutiram os desafios do ensino agrícola e exigem do governo mais verbas para a educação universitária, técnica e tecnológica



Oscar Lamounier Júnior (ABAR) condenou a política educacional e o desmonte do ensino técnico no Brasil, com a modularização



A professora Lia Maria Teixeira do Instituto de educação (UFRRJ), no seu painel, defendeu uma política educacional pública com pro mérito com a cidadania e voltada para a discussão dos desafios e das novas propostas para a luta cotidiana contra a exclusão nas instituições brasileiras de ensino.



Protásio Prates, representando o MST, alertou que o Brasil precisa de um projeto popular que ofereça ao seu povo justiça social, emprego, saúde, moradia, reforma agrária, distribuição de renda e democracia. Condenou a perseguição e a violência contra os trabalhadores rurais que lutam pela sobrevivência.



O professor Wilson Arruda Fº (ETA) falou sobre os novos padrões de avaliação resultante da LDB. Ele propõe a inversão do eixo, onde a mediação e a autocrítica ganham mais espaços no processo pedagógico, entre o professor e o aluno.



O professor Sebastião Pinheiro (UFRGS) falou sobre a implementação das práticas Agroecossustentável no Brasil e reiterou a necessidade do fomento a Agroindústria com objetivo de reintegrar o pequeno produtor no processo produtivo. Também condenou o uso demorado de agrotóxicos e de alimentos transgênicos.



O Dr. Waldemar Boff (E) analisou a relação interativa filosofia-agricultura-campo e cidade, pois segundo ele, há mais pessoas vivendo na cidade do que no campo.



A imponência arquitetônica dos prédios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro contrasta com a beleza natural do campus universitário, localizado na cidade de Seropédica.

CBPEA

Professores de ensino agrícola exigem, do governo, mais verbas para a educação agrotécnica

VI ENEA foi marcado pela organização e participação

A falta de uma política agrícola, praticada com clareza no país, demonstra, em efeito cascata, o descaso do governo em não priorizar a educação agrotécnica no Brasil", concluíram os participantes do maior Encontro Nacional de Ensino Agrícola - VI ENEA, já realizado no Brasil.

Promovido pela Confederação Brasileira de Professores de Ensino Agrícola - CBPEA - e realizado pela Universidade Federal da Paraíba, com a coordenação do professor Marcos Barros de Medeiros, o evento reuniu, em setembro, na cidade de Bananeiras, centenas de professores, estudantes, dirigentes de instituições, representantes do governo e dos Sem Terra, que debateram as questões fundamentais que nortearão o ensino técnico agrícola nos próximos anos.

O presidente da CBPEA, Luiz Calvete Corrêa, denunciou que algumas escolas federais, com anuência do MEC tem realizado concursos para professores sem exigir a formação pedagógica, contrariando a Lei. A professora Ana Maria Dantas, da Universidade Rural do Rio de Janeiro, questionou o descaso do governo em não propiciar infra-estrutura adequada as instituições escolares para garantir uma educação básica para a população excluída. Entendendo, consensualmente, que o direito à educação básica no meio rural está muito longe de ser atendido, João Pedro Stédile, representante nacional do MST, aponta como prioridade a formulação de uma proposta de "escola do campo" que assuma a identidade do meio rural, representando alternativa para o resgate da cidadania e integrando o homem a produção agrária.

O secretário da Agricultura de Brasília, João Luis Home de Carvalho, apresentou um painel onde o governo do DF viabilizou a inclusão de um programa orientado para os pequenos agricultores historicamente marginalizados do processo de desenvolvimento nacional, permitindo-lhe o auto-sustento, geração de renda, empregos no campo, e principalmente o alcance a dignidade. Ele definiu a proposta dizendo: "Globalização sim, exclusão não". O professor Sebastião Pinheiro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul apresentou proposta alternativa para o desenvolvimento de uma agricultura livre de agrotóxicos. "A grande produção deve visar o lucro, porém consciente", alertou o pesquisador. Os professores Antônio Cardoso e Solange Felicidade relataram experi-

ências realizadas nas escolas da família rural na Amazônia, como desafio de uma alternativa para alfabetizar a família rural. O representante do governo federal, e ex-aluno da ETA, Moaci Alves Carneiro, consultor da Semtec/MEC, disse que as modificações no ensino técnico, no Brasil, foi uma exigência do Banco Mundial, em negociações com o governo federal. Na sua visão, o MEC está no caminho correto, e que a modularização do ensino técnico vai aumentar, consideravelmente, o número de pessoas que irão se apoderar do conhecimento tecnológico, nesta área do ensino. O professor Antônio Hélio Ilha discordou do consultor, por que entende, que com esta reforma, o ensino agrícola sofre com o desprestígio, pois ao invés de formar um técnico, cria-se um indivíduo modulado, ou seja, um indivíduo que aprende algumas práticas agrícolas.

O diretor do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, da Universidade Federal de Pelotas/RS, Gilberto Loguércio Collares, disse que o objetivo das escolas de ensino agrícola é implementar a socialização, buscando a integração com as ações comunitárias rurais. No painel pedagógico, o professor Wilson Arruda Fº, da Escola Técnica de Agricultura de Viamão (ETA), defende uma avaliação mediadora capaz de integrar o professor e o estudante dentro de uma atividade fraterna, tolerante, e capaz de produzir resultados sem traumatizar os atores que atuam no processo ensino-aprendizagem. O presidente da AGPTEA, Nedi Jaccondino, salienta que é necessário, o governo federal, promover cursos de habilitação para professores do ensino agrícola, que já estão atuando nas escolas, sem a formação pedagógica, o que é essencialmente importante na melhoria da qualidade do ensino.



A foto registra o momento solene da abertura do VI ENEA, pelo presidente da CBPEA, Luiz Calvete, na presença de autoridades paraibanas (prefeito, reitor, diretor, representante do governo federal, entre outros) compo a mesa dos trabalhos



Marcado pelo grande número de participantes e pela brilhante organização e hospitalidade, o VI ENEA foi o maior encontro de professores do ensino agrícola, já realizado no Brasil, desde a fundação da CBPEA. A Universidade Federal da Paraíba e o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros estão de parabéns



A hospitalidade e a organização foram o ponto alto do VI ENEA. As alunas paraibanas, da Universidade, foram incansáveis na recepção aos participantes e merecem uma foto de destaque no jornal da AGPTEA.

O ensino agrícola não é prioridade do governo federal, e tão pouco de alguns governos estaduais. A falta de infra-estrutura nas escolas é fruto do descaso das autoridades que não investem neste setor, tão importante da educação

A cultura da nota ainda é repressora

Vilson Arruda F^o

Professor da Escola
Técnica de Agricultura
Viamão - RS

Como avaliar sem traumatizar? Defendo a prática avaliativa plena onde atuam todos os atores do processo ensino-aprendizagem. O aluno tem que sentir prazer ao ser avaliado. A LDB, 9394/96 abre possibilidades para que as pessoas mudem o enfoque da proposta de avaliação. Esta lei não atualiza. Ela permite, pela autonomia, abertura de espaços para o professor se atualizar e criar elementos avançados de avaliação. O processo classificatório tem rotulado as pessoas sem anunciar possibilidade de crescimento. Como classificar as pessoas se há multiplicidade de competências? Os defensores da ideologia do merecimento (meritocrática) não entram na discussão das

questões referentes à estrutura social e seus prováveis mecanismos responsáveis pela desigualdade social e pelos antagonismos de classe. Se apóiam em análises funcionais situando os problemas escolares nos indivíduos, localizando aqueles envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem, como responsáveis únicos e exclusivos dos seus fracassos ou sucessos.

As diferenças de desempenho, são atualmente, analisadas a partir de um padrão supostamente ideal onde todos são tomados como formalmente iguais. As LDBs de 62, 71 e 82 no seu corpo dão entendimento que a nota é importante, por isso, houve nesse tempo um culto cristalizado de que o melhor aluno é aquele de melhor nota. Se fosse todos em condições de igualdade



Arruda defende uma avaliação mediadora

de social, concordaria.

Este painel é o contrário, onde questionamos a cultura da avaliação tradicional (não confundir com a tendência pedagógica, mas sim como sendo a mais comum) que tem nos dominado durante muitos séculos. A concepção de avaliação predominante, até então, estava presa a uma perspectiva interna no contexto de julgamento referendado a veredictos de re provação ou promoção do aluno simbolicamente a partir das diferenças de padrões supostamente ideal, com regras que são

impostas pela classe média alta e alta, que consideram todos formalmente iguais, acontecimento que na prática não ocorre, devido as carências sociais do sistema, onde impera na maior parte da população a pobreza econômica e espiritual.

Obviamente, ainda estamos longe de uma proposta ideal de avaliação, mas a LDB atual, ao contrário das anteriores é mais livre, é flexível e deixa criar possibilidades para que as pessoas mudem o enfoque de avaliar os outros. Entendo que a Lei não atualiza, ela abre espaços para o professor poder se atualizar e criar elementos avançados de avaliação, até por que, hoje, os padrões de mundo e de sociedade são outros, e assim não podemos ainda ficar cobrando padrões de vida em relação ao início do século, sob pena de nos rotularem

de conservadores-ultrapassados e resistentes a qualificação profissional. Dentro da nova perspectiva, um professor, ao avaliar o seu aluno, deve também avaliar a sua própria forma de inserção na sociedade, o seu papel, as suas condições de trabalho, a sua atuação, a sua metodologia, os recursos por ele utilizados em sala de aula e, o mais importante, a ética.

A grande maioria dos professores ainda insiste em construir a avaliação, onde ganham espaço a higiene, a assiduidade e o comportamento (desinformados, dizem que isto é o qualitativo, quando na verdade não é), e o pior, descumprem a Lei quando não apontam alternativas para recuperação destes itens, conforme manda o artigo 12, inciso V - "prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento".

Como a nota é repressora do comporta-

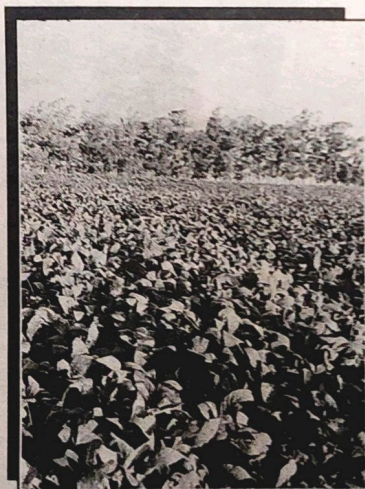
mento na sala de aula, o medo e a insegurança, de muitos docentes, não permite que se vislumbre as potencialidades do novo e do diferente. A perda de espaços já conquistados numa estrutura conservadora do poder, pela nota, ameaça e por isso o temor não permite que novos espaços de relação entre educadores e alunos se concretizem. A educação popular rejeita a avaliação popular classificatória e seletiva. O nome e a forma de avaliar não interessa, mas é evidente que a melhor utilização do processo é no sentido do crescimento, do aperfeiçoamento, da correção, da reformulação, e para isso você não pode, simultaneamente, usar a classificação, por que a nova ordem da sociedade brasileira é a mediação, a tolerância e a negociação, valores importantes para que todos possam concretamente se apoderar do conhecimento, a nova moeda do século 21.

Alerta: transgênicos são questionados por analistas

A produção de plantas transgênicas divide especialistas no mundo. Até o final de 1997, haviam sido produzidas mais de 120 diferentes espécies de plantas geneticamente modificadas, em um total de 25 mil experimentos a campo em 45 países durante 12 anos, envolvendo 60 culturas e 10 características. Do total, 15 mil experimentos foram conduzidos nos últimos dois anos. Este foi o panorama apresentado pela pesquisadora Maria Helena Zanettini. Segundo ela, as culturas mais testadas foram o milho, a soja, a batata, o tomate, a canola e o algodão, e as características mais estudadas foram a tolerância a herbicidas, a resistência a insetos e vírus e a qualidade do produto.

O que é uma planta transgênica?

São plantas criadas em laboratórios de empresas transnacionais, onde os cientistas transferem características genéticas (genes) de uma espécie para outra sem utilização do acasalamento. Um exemplo disso ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, quando os norte-americanos descobriram, no Japão, que os pés de trigo plantados eram bem pequenos e produziam duas vezes mais que os trigos EUA. Os trigos anões japoneses podiam ser fortemente adubados, pois tinham a cana curta. Os japoneses tinham incorporado as características do arroz anão (gene



Plantio de transgênicos é questionado

Norin 10 e 11) ao trigo, tornando-o mais resistente à adubação. E bem sabido que gato e cachorro não se cruzam, da mesma forma que o trigo e o arroz, mas os cientistas japoneses tinham aprendido como transferir essas características em um laboratório dispensando o acasalamento.

Outro caso comum de transgenia é o trigo da variedade BR 23, onde um pedaço de

cromossomo de centeio que conferia à semente resistência a moléstias. Os pesquisadores também afirmam que isto vem melhorar a qualidade dos alimentos, e citam o caso do tomate transgênico que não amolece.

Hoje, as empresas químico-farmacêuticas estão investindo verdadeiras fortunas para criação de variedades de sementes e novos medicamentos através da transferência de características (gene) de uma espécie de planta ou animal para outra. Isto se chama de organismo transgênico.

Para liberar o produto transgênico para a comercialização a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNbio) exige um certo número de testes.

Consequências na utilização dos transgênicos

Embora todas as pesquisas, nesta área, são severamente controladas e precisam de autorização dos órgãos governamentais há casos como ocorreu com a empresa Pioneer que criou um variedade de soja transgênica com genes da castanha-do-pará, mas não puderam explorar, pois a soja causava alergia nas pessoas que alimentavam-se do óleo de soja.

O Agrônomo e professor Sebastião Pinheiro da UFRGS exemplificou que no Japão, a empresa Showa Denko criou bactérias

transgênicas para produzir vitaminas e aminoácidos (L-triptofano), provocando 35 mortes e 5.000 intoxicações em pessoas. Outro fato relatado pelo professor foi o caso dos cientistas da empresa DNA Plant Technology que foram contratados pela BAT (dona da Souza Cruz no Brasil), para criar um pé de fumo com muito mais nicotina. A nicotina vicia mais o fumante, que consome mais cigarros. O plantio deste fumo foi proibido nos EUA e aqueles cientistas trouxeram o fumo "Y-1", clandestinamente, e plantaram nos estados do RS, PR e SC.

Na Europa, os consumidores (80% deles, pesquisas em 1997) estão com medo dos alimentos transgênicos e exigem que eles sejam rotulados para o comprador poder escolher um produto normal. Sebastião Pinheiro alerta que no Brasil, está chegando a soja transgênica resistente ao herbicida Roundup da Monsanto que mata qualquer planta, inclusive a soja. A diferença é que a soja transgênica recebeu características de resistência ao Roundup encontrada em Algas e Bactérias. Este gene foi transferido para a soja que não morre, quando se passa este agro tóxico sobre ela, no momento de eliminar as ervas na lavoura.

Os perigos dos alimentos transgênicos, segundo Sebastião são: diminuição da qualidade dos alimentos; novas proteínas que causam reações alérgicas que podem entrar nos alimentos, ou ainda alimentos causarem reações adversas nos consumidores e outros.

EDUCAÇÃO

Secretária Iara Wortmann avalia desempenho e trabalho voltado ao ensino gaúcho nestes últimos anos

SEC finaliza os projetos educativos 94/98

Maria José Vasconcelos

Correio do Povo - 8/11/98

O apagar das luzes neste final de governo deve ser ainda de muito trabalho, se depender da vontade de secretária Iara Wortmann, que reassumiu o comando da Secretaria Estadual de Educação, na primeira semana de novembro. "Volto com orgulho para concluir um projeto que construímos e vimos nascer", garante Iara, prometendo empenhar-se nesses quase dois meses que faltam até o final desta gestão administrativa. "Não ficará qualquer pendência, faremos um fechamento de todo o trabalho", explica.

Ao avaliar os quatro anos em que comandou a SEC, Iara destaca a consolidação da gestão democrática no ensino. Cita programas e ações de ponta, como a elaboração dos Padrões Referenciais de Currículo (PRC), a avaliação externa, a autonomia financeira das escolas, o projeto Mãos Dadas e o Pia 2000,

além do Sistema de Matrículas. Sobre a avaliação externa, informa que no dia 25 de novembro terá continuidade o trabalho, este ano envolvendo 227 municípios, e que "visa a um diagnóstico da aprendizagem dos alunos, servindo também como uma testagem do ensino", define a secretária.

Adianta que as séries em exame este ano serão a 4ª e 8ª série do Ensino Fundamental (1º grau) e o 3º ano do Ensino Médio (2º grau).

A melhoria da qualidade de ensino é expressa pelos números, diz a secretária ao indicar fatores como redução da evasão e da reprovação escolar e a queda do analfabetismo, onde os dados do IBGE/96 mostram que, numa



Iara avalia gestão administrativa

população com 7 anos ou mais, há diminuição crescente (8,2% em 92; 7,9 em 93; 7,4 em 95 e 6,7 em 96.

Entre as atividades que devem ocupar estes últimos dias desta equipe na SEC, é apontada a conclusão do Levantamento Escolar, a realização da avaliação externa, o empenho na definição do PRC e a finalização da Gestão Democrática.

Na lista dos desafios gaúchos, indica a erradicação do analfabetismo, maior oferta ao Ensino Médio, melhoria da qualidade do ensino e valorização profissional.

Na avaliação que fez sobre as eleições, em que participou pela primeira vez da disputa a uma vaga na Assembleia

Dados Gerais - Ensino/RS

Nº de professores: ativos	85.296
inativos	54.372
Nº de funcionários/escolas	14.926
Nº de alunos	1.316.678
Nº de escolas	3.297

Fonte: SEC/RS

Legislativa, Iara diz ter sido uma experiência válida. "Considero que tive uma votação extremamente vitoriosa", afirma ela, ao lembrar os 24.695 votos e a classificação, que lhe confere a segunda suplência pelo PMDB. "Não me sinto derrotada, fiz votos em mais de 400 municípios", justifica. Para o futuro, prevê a conclusão deste trabalho na área da Educação, junto à SEC, e o exercício das atividades como conselheira do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Ainda fazendo um certo mistério, Iara garante que continuará envolvendo-se com a educação.

Projeto convivência primavera/98

Ação conjunta envolve a CBPEA, UFRGS, AGPTEA, ETA (Viamão) e MST

As crises são excelentes, pois obrigam ao novo, viabilizam as alternativas através da união de esforços. Foi assim, que a CBPEA, AGPTEA e o Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS planejam uma ação conjunta nas Escolas Técnicas de Agricultura através do Projeto Convivência Primavera/98. O alvo inicial seriam várias escolas no âmbito estadual, mas a pre-



Prédio histórico na Escola Canadá

professores da UFRGS e ETA.

Este projeto piloto propõe sua extensão para os demais colégios agrícolas do país.

O ponto alto foi a divisão da convivência em três partes: na primeira, os alunos da Universidade conviviam com os estudantes da Escola Técnica de Agricultura de Viamão; na segunda parte, os alunos da ETA e UFRGS conviveram com o Acampamento de Agricultores Sem Terra do MST, em Viamão;

na terceira, as crianças do acampamento visitaram a Escola Agrícola integrando-se com os estudantes, professores e funcionários, ciceroneados pelos conviventes do Projeto.

As crises impõem o novo, assim a Prefeitura Municipal de Viamão propiciou o transporte para as crianças e professores do acampamento, na terceira etapa do projeto.

Esta experiência piloto propiciou, para universitários e alunos da ETA a conquista de novo horizonte; troca de experiência fraterna e apresentação de realidades de disciplina e liberdade. A confraternização no "CTG Vaqueanos da Cultura" entre professores e alunos permitiu sentir o espírito da camaradagem e fraternidade naquela comunidade escolar, mas o ponto alto foi a visita aos "ranchos", local de intimidade, liberdade e recolhimento dos alunos da ETA.

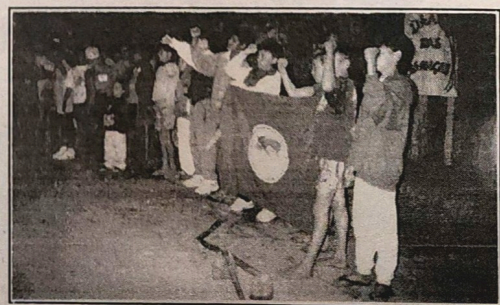
Para as crianças do acampamento pode surgir,



Professores e alunos da UFRGS e ETA vivenciaram experiências

também, um novo horizonte numa escola especializada, onde aqueles cujas famílias optaram pela continuidade na agricultura, poderão ter a formação técnica necessária, para

Uma visita de professores da UFRGS (alguns inclusive ex-alunos da escola), à ETA, e, especialmente, ao prédio histórico da Estação Experimental, junto à Escola Canadá,



Crianças do MST apresentaram mística sobre a questão da Reforma Agrária na visita a ETA

viabilizar a Reforma Agrária. Atualmente três da Escola são oriundos de assentamentos.

construído em 1919, tombado pelo patrimônio histórico, por sua imponência foi o momento de reflexão

, conforme a foto.

Os acampados do MST sentiram-se fortalecidos e identificados com a ação dos jovens em sua caminhada de aprendizado. Retribuíram com uma "mística" de grande beleza e mensagem. As crianças da Escola Itinerante do MST no seu dia (12 de outubro) apresentaram uma mística sobre como vem a Reforma Agrária, e, como sua formação caminha par e passo com sua formação de cidadania.

Na momento em que a nova Lei de Diretrizes de Base da Educação determina, que o Projeto Pedagógico de adequação à realidade sócio-econômica das comunidades e que os assentamentos de Reforma Agrária são um grande mercado de trabalho, para os técnicos agrícolas, as experiências vividas abrem horizontes profissionais, tanto para os alunos como para os professores.

As avaliações do projeto Convivência Primavera 98 permite antever que a CBPEA e AGPTEA poderão adaptar e ampliar esta proposta para outras Universidades e Escolas Técnicas de Agricultura. Este é mais um desafio que as crises nos trazem.

CONTRA-PONTO

A posição política de um jornal de entidade de classe

Heitor Tomé da Rosa

Ex-presidente da AGPTEA

Tenho acompanhado o Boletim Informativo da AGPTEA, nos últimos 25 anos. Em 1973, por ocasião do III Encontro de Professores Técnicos de Ensino Agrícola, realizado no então Ginásio Agrícola Dulphe Pinheiro Machado, em Porto Alegre, tornei-me o sócio nº 100 da AGPTEA. Lembro-me da expectativa e da satisfação que recebíamos o Informativo rodado em mimiógrafo a álcool pelos abnegados mestres Luiz Calvete e Inácio Moreira que nos primeiros dez anos da fundação da Entidade, revesaram-se na presidência da mesma, pelo voto dos associados.

Papel offset e impressão gráfica

Em 1982, treze anos após a fundação da AGPTEA, quando me encontrava na presidência da mesma, conseguimos editar o Informativo pela primeira vez em papel offset, imprimindo em gráfica melhorando significativamente a sua apresentação.

Outros presidentes se sucederam e com o trabalho unido, muito esforço de todos, conseguimos melhorar a arrecadação e sob a liderança do professor Antônio Ilha adquirir a sede e equipá-la. Também naquela gestão o Informativo passou a ser impresso em tablóide, caracterizando-se

como um jornal convencional.

Linha Editorial

Este veículo de informação foi criado com a finalidade de socializar conhecimentos e facilitar a comunicação da Diretoria com o Quadro Social. Se caracterizou como boletim técnico-pedagógico, visto que era a linha de trabalho das diretorias e a primeira finalidade da AGPTEA. Não éramos e não somos sindicato e nem braço de qualquer outra agremiação. O magistério tem um sindicato específico e individualmente, cada professor deve participar do partido que lhe julgar conveniente, sempre na

busca do bem comum.

A isenção partidária sempre foi a marca de independência da AGPTEA e a linha editorial pautava-se pelo equilíbrio a crítica, respeito a verdade dos fatos e às autoridades constituídas.

O Informativo traduzia os anseios dos professores do ensino agrícola e a coragem explicitadas nas matérias demonstrava-se que não se curvava à conjuntura social, econômica ou política. Funcionava como uma espécie de trincheira dos professores balizado nas conclusões de Encontros Estaduais. Tinha o ensino agrícola como causa primeira e finalidade única de sua existência. Contudo,

para defender, promover e valorizar o ensino agrícola foi necessário divulgar críticas duras, assumir posições firmes junto as autoridades constituídas, chegando a ampliar denúncias e inconformidades com notas na grande imprensa, artigos e entrevistas. Não confundimos nossas posições individuais com a posição de uma Entidade representativa. Não levávamos para o jornal da Associação nossos posicionamentos partidários, porque se assim o fizéssemos estaríamos usando indevidamente de um espaço que não era de propriedade particular e numa Entidade de classe o coletivo precisa ser respeitado.

O ensino médio e a educação profissional na nova LDB

Líbia Maria Serpa Aquino

Presidente do Conselho Estadual de Educação/RS

Em decorrência da LDB, o Decreto Federal nº 2.208/97 regulamenta artigos dessa Lei determinando que a educação profissional de nível técnico terá organização independente do ensino médio, podendo ser desenvolvido de forma concomitante ou sequencial a este.

O Conselho Estadual de Educação, usando a prerrogativa que a Lei lhe confere, através da Resolução nº 232/97, normatizou a matéria para o Sistema Estadual de Ensino.

A partir do ano letivo de 1998, as habilitações profissionais do ensino de 2º grau serão oferecidas desdobradas em dois cursos.

I - Ensino Médio com, no mínimo, 2.400 horas de Educação Geral, podendo 25% deste currículo (600 horas) ser direcionada para o curso técnico.

II - Curso Técnico de Nível Médio, organizado com carga horária, no mínimo, igual à determinada pelo Parecer que institui a habilitação profissional.

À escola cabe a escolha do tipo de curso que vai oferecer, se cursos de Ensino Médio, se cursos de Educação Profissional, nada impedindo que ofereça concomitantemente ambos os tipos. Tais escolhas são de responsabilidade da escola e, por extensão, de sua mantenedora.

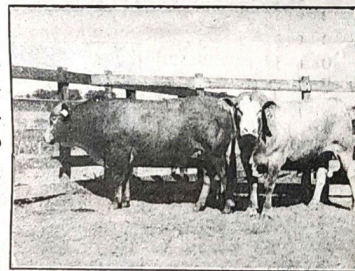
Cabe, ainda, esclarecer que essas mudanças atingem os alunos matriculados nos cursos que têm início a partir do ano de 1998.

Encontro de professores de escolas agrotécnicas da Região Sul

PERÍODO:
18 A 21 NOVEMBRO/98LOCAL:
ESCOLA AGROTÉCNICA DE PELOTAS - RS.
Conjunto agrotécnico Visconde da Graça e UFPELFone contato
(0532) 776700
Coordenador
Prof. Márcio Paim Mariot

Bovino composto

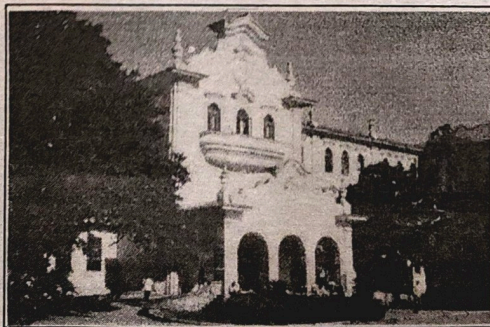
Batizada de "composto gaúcho", por se diferenciar do padrão norte-americano adotado em outras regiões do Brasil, a raça que foi apresentada no re-



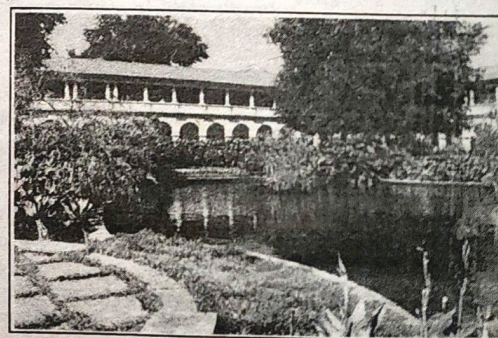
mate das estâncias Alvorada, Caty e Guatambu tem no sangue, ou seja nos gens, 25% de Hereford, 25% de Nelore, 25% de Red Angus, 12,5% de Simental e 12,5% de Gelbvieh. O objetivo da formação de uma nova raça é aumentar a produção na pecuária de corte, selecionando características como precocidade, fertilidade e qualidade de carcaça, na busca de linhagens de bovinos completos. O resultado é uma alta produção de carne de qualidade.

UFRRJ promoverá o VII encontro nacional de ensino agrícola - ENEA -

Durante o VI ENEA realizado em Bananeiras - PB em setembro, foi deliberado em assembléia que o VII ENEA será realizado no Universidade Rural do Rio de Janeiro, paralelamente com o IV SENAG. A Rural se fez representar por alunos e professores do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas. Neste VII ENEA queremos construir um Evento que atenda as expectativas dos futuros participantes, para tal solicitamos a colaboração de todos no sentido de nos enviarem sugestões de temas, palestrantes, programação cultural, passeios turísticos, e data da realização do evento.



Na foto da esquerda observamos a fachada do pavilhão central da Universidade Rural e na foto da direita o bellissimo jardim interno



Estas sugestões se justificam pelo fato de que queremos promover o maior evento de Ensino Agrícola do Brasil, desta década. As sugestões devem ser encaminhadas para a comissão ou

para os nomes de Joanes de Oliveira Dias; Tarcis Gomes Parajara; Lia Maira Teixeira, Claudio mir Silva; Fábio Maltaroli e Nelson Geraldo para o seguinte endereço:

UFRRJ, Km 47 - BR 465 - Apto 417
CEP 23890-000
Seropédica/RJ.
Telefax (021) 6821113.

Internet

Email Licadar, arroba, ufrrj.br
Claudiomir, arroba, zipmail.com.br
OBS. Coloquem sempre um dos nomes citados para melhor recebimento da correspondência

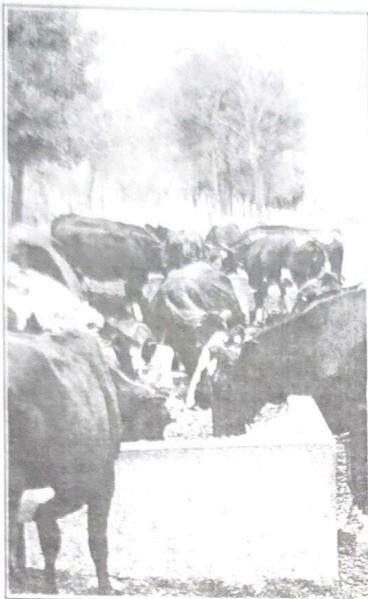
AGROPECUÁRIA

RS e SC estão livres da Aftosa Gado gaúcho longe da doença

Os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina receberam o título de zona livre de aftosa com vacinação concedido pela Organização Internacional de Epizootias - OIE -, consagrando assim um selo de qualidade para a carne brasileira, capaz de abrir novos mercados. É um atestado de eficiência e capacidade dos técnicos, como também dos pecuaristas. Os dois estados brasileiros são os únicos a receber tal título.

Uma das mais graves doenças animais contagiosas, a febre aftosa é um indicador real do nível sanitário e tecnológico do setor pecuario de um Estado, região ou país. Conhecida no Brasil desde o século passado, quando a doença aportou aqui, vindo da Europa, ela causou perdas enormes na pecuária em todo mundo. Rebanhos inteiros foram abatidos para evitar a sua disseminação. Nas décadas de 1960 e 1970, os países da América Latina definiram programas rigorosos de controle da enfermidade.

No Brasil, os trabalhos para erradicação da doença começaram a dar resultados positivos em 1977, justamente em Bagé, no Rio Grande do Sul, quando a equipe liderada pelo Dr. Paulo de Melo começou a fazer testes com a vacina oleosa. O pesquisador José Tiago, da Embrapa Pecuária Sul, que participou da equipe-pioneira, explica que a febre aftosa ataca animais de casco aberto - chamados duas unhas ou biungulados, como os bovinos e suínos. O vírus, transmitido por contato com reses, produtos animais e objetos infectados, se aloja na traqueia, no esôfago e no muco. Os sintomas mais evidentes são febre, tristeza, salivação abundante, diminuição na produção de leite e alta mortalidade de filhotes, espe-



Vacina oleosa foi aprovada no RS e SC

cialmente em suínos. O pesquisador também explica que os ovinos e caprinos também são atacados, mas de forma subclínica. O vírus se instala nesses animais, mas a doença não se desenvolve, porém podem transmiti-la, e por isso, também são interceptados nas barreiras sanitárias. Como medida preventiva a vacinação deve ser aplicada, no gado, anualmente e nos bezerros abaixo de 1 ano.

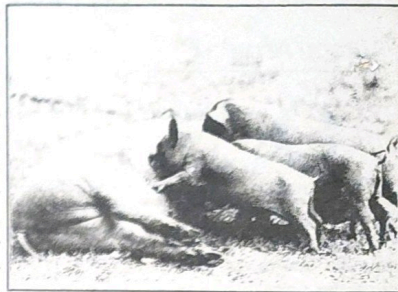
José Tiago explica que a carne contaminada não há perigo para o ser humano se alguém ingerir o alimento, porque, nesse caso, o vírus é inativado pelos ácidos estomacais. Os países vizinhos como o Uruguai, Argentina e Paraguai são zonas livres de aftosa.

Vacina de DNA para diarréia suína

O Centro de Biotecnologia da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel) está produzindo uma vacina que poderá ser uma grande contribuição para o controle de uma das maiores causas de perdas econômicas na produção de suínos: a diarréia causada pela bactéria *Escherichia coli*, doença capaz de matar 80% dos leitões de uma leitegada, quando não causa perda total desses recém-nascidos. A vacina em desenvolvimento é de última geração, do tipo conhecido como "vacina de DNA". No Brasil, apenas alguns laboratórios trabalham com tecnologia semelhante à empregada na Ufpel.

Escherichia coli vive normalmente nos intestinos dos animais adultos. Quando se aproxima o momento do parto, cresce a população do micro organismo no intestino da porca, que, se não está imunizada, não transfere anticorpos aos leitões, e isso os torna suscetíveis à doença.

Os pesquisadores Carlos Gil Turmes, Odir Dellagostin, José Antônio Aleixo e Alegani Monteiro trabalham desde o final de 95 no desenvolvimento da vacina. O produto já foi testado em camundongos e em suínos obtendo resultados alentadores, sendo destinado ao combate da diarréia causada pela *Escherichia coli* K88, a mais preocupante.



Tecnologia deve reduzir perdas nos suínos

Carne ovina tem baixo consumo

O Brasil consome, atualmente, cerca de 200 gramas per capita de carne ovinas por ano, enquanto o Uruguai chega a 25 quilos e a Nova Zelândia chega a 35 quilos. A culpa deste baixo consumo no Brasil, segundo o zootecnista José Ovidio da Costa, é do próprio produtor, que tem oferecido um produto sem qualidade que o mercado exige.

"Estamos acostumados a entregar cordeiro com 8 quilos, que é o padrão de exportação do Oriente Médio. No Brasil, é necessário produzir um ovino tipo carne e abatê-lo a partir dos 16 quilos", disse. Para isto, José Ovidio recomenda o cruzamento das raças de lã com os ovinos tipo carne, atingindo um cruzamento em até 15% do rebanho.

O técnico da Emater-RS, Fábio Martins Costa alerta os produtores que as linhas de crédito do Pronaf financiam a ovinocultura.

Fertilizantes em demasia estereliza o homem

A produção orgânica de alimentos tem um mercado global estimado em mais de 12 bilhões de dólares e uma perspectiva de crescimento de demanda calculada entre 10% e 30% ao ano. A produção orgânica baseia-se na aplicação dos princípios do desenvolvimento sustentável do solo, deixando de lado a utilização de agrotóxicos e respeitando os tempos e os processos naturais do cultivo e da criação animal, o que contribui para uma dieta mais sadia. Alimentos cultivados com grande quantidade de fertilizantes, por exemplo, estão provocando a queda na qualidade do sêmen humano e o conseqüente aumento da esterilidade masculina, afirma o andrologista argentino Jorge Blaquier.

A demanda pelos produtos orgânicos está aumentando nas nações industrializadas do Norte e, a Argentina é um dos países latino-americanos que mais aumentou a área dedicada a esses cultivos com o objetivo prioritário de exportar e conquistar consumidores no mercado interno. Nos últimos cinco anos sua área passou de 5 mil hectares para 300 mil, e converteu-se em um dos maiores fornecedores de produtos orgânicos da União Europeia. Por experiência, a Argentina foi escolhida para sediar a XII Conferência Internacional da Federação do Movimento de Agricultura Orgânica para discutir o assunto de tamanha importância mundial.

Terra menos concentrada

Brasil - Graças à luta por soberania dos Sem-Terra a concentração de terras no Brasil caiu de 0,82% em 1992 para 0,78% em 1997, segundo o índice Gini, utilizado internacionalmente para esse fim. Os dados foram divulgados pelo ministro extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a

concentração de terras caiu em todas as regiões. Na região Norte, onde a distribuição de propriedades é a pior do Brasil, o índice Gini caiu de 0,84 para 0,81. No Centro-Oeste, a queda foi de 0,80 para 0,77. Já no Sudeste, de 0,74 para 0,68. No Sul, de 0,69 para 0,59.

Caso o governo tivesse um programa agrícola confiável estes índices teriam queda com índices maiores.

Brasil favorece trigo dos EUA

Caiu a principal barreira imposta pelo Brasil à importação de trigo americano. O trigo americano estava impedido de entrar no Brasil há quase 2 anos, devido a uma portaria do Conase que não permitia a importação do produto pela presença da praga, fungo *Tilletia controversa*, que vem, e continuará vindo nas sementes.

Aniversário da nossa co-irmã

Em ambiente festivo, em setembro, a União Gaúcha dos Professores Técnicos (UGPT), comemorou 35 anos de trabalho na luta pelos direitos da categoria, como também pela melhoria do ensino técnico profissional. Autoridades e convidados foram recepcionados pela diretoria na sede da entidade, na rua Duque de Caxias, em Porto Alegre, onde foi servido um coquetel. Felicidades nossa Co-irmã!!!



A foto registra a presidente da UGPT, Ivone Sartori da Silva (E) com o professor Calvete, presidente da CBPEA, e a professora Eloisa Goulart.

Professores recebidos na Assembléia Legislativa/RS

Os dirigentes das entidades, não governamentais, representativas do ensino técnico profissional, CBPEA - AGPTEA e UGPT se reuniram, no dia 11 de novembro, com a deputada Maria Augusta Feldman, na Comissão de Educação da Assembléia Legislativa/RS, onde ficou acertado que a deputada seria a interlocutora das propostas da categoria, junto ao novo governo estadual que se instala.



Maria Augusta Feldman

GERAL

IBGE divulga Censo Agropecuário no Rio Grande do Sul Agricultura é tradicional e com médio padrão tecnológico

Vilson Arruda F^o

Os resultados do Censo Agropecuário 95/96, no Rio Grande do Sul, divulgado pela Coordenação Geral de Comunicação Social do IBGE, em julho deste ano, revela um quadro preocupante e cheio de incertezas.

Área

Uma análise superficial revela mudanças como a redução da área e do número das pequenas propriedades rurais (de 10 a

A VIDA URBANA	
Porcentagem de população gaúcha no campo	
1960	55%
1970	46%
1980	32%
1991	23%
1996	21%

menos de 100 ha). Isto significa que ocorreu maior concentração de renda no período de 1970 a 1995, quando ampliou o número das propriedades médias (entre 100 e menos de 1.000 ha). Na proporção do número, estes estabelecimentos decaram de 59%, em 1970, para 57%, em 1995, isto representa 2%. Um outro dado que merece referência são as propriedades grandes (de 1.000 a 10.000 ha) que também sofreram redução na área de quase 6 pontos percentuais.

Administração

Quanto ao número de estabelecimentos geridos por administradores (técnicos agropecuários, agrônomos, veterinários e outros), deciu em 1%.

Uso da terra

No que se trata do uso da terra, em 10 anos, (de 1985 a 1995) observa-se uma redução tanto no número de estabelecimentos - de 497.172, em 1985,

para 429.958 unidades, em 1995 - (diminuíram 67 mil unidades). O mesmo se observa na área total que caiu de 23.821,7 mil para 21.800,9 mil hectares).

Evidencia-se nos dados a queda nas áreas de lavouras em quase 957 mil ha, passando de 6,59 milhões de área cultivada para 5,63 milhões de ha. Detalhadamente verifica-se que a queda da área colhida até 1995 ocorreu principalmente como resultado de acentuada redução na lavoura de soja - a lavoura mais importante em termos de área -, que de mais de 3,6 milhões de ha, no início do período, caiu para 3,0 milhões de ha, em 1995. A redução foi mais significativa, em 1996, quando caiu para 2,4 milhões de ha. Outras lavouras como a de mandioca e cana-de-açúcar, também apresentaram reduções de área no período. Certamente essas quedas de área foram, em boa medida, consequência de acentuadas mudanças que atingiram a agricultura brasileira a partir do início da década de 1990 - a falta de uma política agrícola convincente, a eliminação de vantagens e subsídios especiais à agricultura e a perda da capacidade de competir com produtos importados, principalmente com arroz, feijão, trigo, milho e leite.

A tendência da redução de área se observa também na lavoura de arroz irrigado, que mesmo cultivado com tecnologia moderna e produtividade crescente, diminuiu de 988,8 mil ha (1995) para 912,9 mil ha (em 1996) por conseqüências da falta de subsídios para os produtores ou ainda por cobrança inescrupulosa, por parte do governo, dos altos juros dos empréstimos para os custeios.

Produção

A produção das principais lavouras do Estado se incluem as de arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, soja, trigo, erva-mate, laranja e uva.

Predominam, entre as lavouras temporárias, as do arroz irrigado, soja, milho e trigo. Dentre as permanentes, a da uva para vinho. Conforme a amostra gen, o setor de lavouras do Estado apresentou re-

incremento de rendimento médio, que passou de 4.429 kg/ha para 5.088 kg/ha, no mesmo período.

Destaque

A diversidade das

os hortigranjeiros, quase 158 milhões, e os produtos da silvicultura, R\$ 139,0 milhões. Em conjunto, o valor da produção dos três gru-

pos totalizou R\$ 49 milhões montante que apresenta quase 12,8% valor total da produção getal do Estado no período.

Pecuária bovina ficou estacionada

Mesmo sendo extremamente importante para economia do Estado, os dados revelam, que a pecuária bovina se manteve virtualmente estacionária no período de 1985 a 1995 (cerca de 13 milhões de cabeças). Deste total, 4,88 mil eram vacas em condições de produzir. No período do Censo, nasceram 2,623 mil bezerrinhos, dos quais 280 mil foram dados como vitimados. Representando uma taxa de natalidade de cerca de 53,8% e de mortalidade de bezerrinhos, de 5,7% dos nascidos. A pecuária bovina do RS tem como finalidade o corte, envolvendo 10,4 milhões de animais. Quanto à produção de leite, 187,4 mil estabelecimentos tiveram como principal finalidade esta atividade, envolvendo 2,37 milhões de cabeças. Ao todo foram ordenhadas pouco mais de 997 mil vacas com uma produção de 1,885,6 milhões de litros de leite no período. Desse montante, 1.337,6 milhões de litros foram vendidos, sendo o restante consumido nos estabelecimentos.

Em termos de crescimento, destaca-se o segmento de aves (frangos), que aumentou mais de 65% em dez anos, passando de 60,6 milhões para 100 milhões de aves. Esse avanço é devido ao emprego da tecnologia moderna, diminuindo custo e tornando a carne atraente aos consumidores. No período de 1995-96 o Estado produziu e vendeu cerca de 380 milhões de galinhas, galos e frangos e 140 milhões de dúzias de ovos para consumo.

Já o efetivo de suínos e de ovinos registraram quedas no mesmo período. O efetivo de suínos caiu de 42 milhões de animais, em 1985, para 3,9 milhões, em 1995. O de ovinos despencou de 8,3 milhões de animais, para menos de 5,1 milhões de animais, no mesmo período de dez anos. Segundo o censo de 1995-96 foram tosquiados 4,2 milhões de animais, o que gerou uma produção de lã de 12.957 toneladas, com valor de R\$ 22,2 milhões.

Segundo o Censo 95/96, o valor da produção agropecuária do RS no período focalizado foi de cerca de R\$ 6,2 bilhões, sendo 37,5% originados da produção animal, de todos os tipos, e 62,4 da produção vegetal, destacando-se a mesorregião Noroeste Rio-grandense.

A TECNOLOGIA

O que ocorre para o lado de dentro da porteira dos proprietários

Uso de tratores

Somente 104,1 mil estabelecimentos, ou seja 24,2%, tem tratores, um total de 159.074 unidades. Em contra partida 75,8% não possui as máquinas para efetuar a lavração.

Uso de fertilizantes

Quase 82% dos estabelecimentos pesquisados usam fertilizantes na safra 95/96.

Controle de pragas

Mais de 77% dos estabelecimentos cuja principal atividade foi a produção de lavouras realizaram controle de pragas nas áreas cultivadas com agrotóxicos.

Assistência técnica

Cerca de 52% das propriedades ficaram sem assistência técnica. Os que procuraram esse serviço, a fonte foi governamental.

Irrigação

Cerca de 6,2% dos estabelecimentos utilizam irrigação. A área irrigada compreende 16,6% do total em lavouras.

Crédito

Apenas 17,3% dos estabelecimentos do Estado tomaram crédito para desenvolvimento e expansão das atividades. 15,4 fizeram custeio.

duções de área nos cultivos de feijão, mandioca, milho, soja, uva para vinho e, especialmente, trigo. Em todos os casos, a queda de área foi acompanhada de reduções na produção. Na verdade, para a cana-de-açúcar, feijão, mandioca, erva-mate, laranja, pêssego e uva para vinho, os rendimentos médios diminuíram entre 1985 e 1995-96. Para o milho, soja e trigo,

os rendimentos médios aumentaram, mas não o suficiente para compensar as quedas de área. E, mesmo nesses casos, os rendimentos médios de 1995-96 ainda se mostraram inferiores à média nacional. Merece destaque o arroz, cuja produção aumentou de 3,5 milhões de toneladas, em 1985, para quase 4,7 milhões, em 1995-96, devido, em boa medida, ao

culturas no RS, como o cultivo de três grupos de produtos de origem vegetal (frutas, hortigranjeiros e outros vegetais e produtos da silvicultura) contribuíram com mais de R\$ 4,5 milhões para o valor da produção entre 1º de agosto de 1995 e 31 de julho de 1996. Como se pode ver, o grupo das frutas gerou, no período, uma produção no valor de R\$ 198,1 milhões,

